



“ELES ESTÃO NOS ENCURRALANDO”: ESPECIFICIDADES DO LUGAR A PARTIR DO HISTÓRICO DE RESISTÊNCIA NO PILAR

Ana Paula Emídio Barbosa

Mestranda do NPGAU UFMG | anapaula.emidio@gmail.com

Daniel Medeiros de Freitas

Escola de Arquitetura UFMG | daniel-freitas@ufmg.br

Sessão Temática X: Territórios, lutas sociais e planejamento em contexto de conflito

Resumo: O artigo busca desvelar tensões urbanas observadas no bairro do Pilar em Belo Horizonte a partir da especificidade de seu processo de urbanização. Tais tensões foram intensificadas nos últimos 10 anos pela ocupação residencial da área da antiga linha da ferrovia RFFSA, por alterações na dinâmica imobiliária do vetor sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte e pelo agravamento das contradições entre o uso residencial e os usos ligados à indústria e mineração. A localização no extremo da mancha urbana e no limite entre regionais administrativas também gera especificidades relacionadas à sua invisibilidade no contexto municipal, negligência por parte do poder público e percepção de isolamento espacial por parte de seus moradores. Utilizando o conceito de lugar e trabalhando a partir de narrativas dos moradores, a discussão revela como as tensões urbanas afetam as fronteiras físicas e percebidas, reconfigurando territórios e estratégias de resistência dentro do bairro. Procuramos demonstrar também o modo como os moradores relatam conflitos e violências que ameaçam cotidianamente sua existência e, a partir desses relatos, identificar as estratégias de resistência utilizadas por eles a partir de sua percepção sobre a dinâmica urbana em curso.

Palavras-chave: Conflitos territoriais; Conceito de Lugar; Bairro Pilar; Belo Horizonte.

'THEY ARE CORNERING US': SPECIFICITIES OF PLACE BASED ON THE HISTORY OF RESISTANCE IN PILAR

Abstract: *The article seeks to unveil the urban tensions observed in the Pilar neighborhood in Belo Horizonte, considering the specificity of its urbanization process. These tensions have been intensified over the past 10 years by the occupation of the former RFFSA railway line, which crosses the neighborhood, as well as by changes in the real estate dynamics of the southern vector of the Belo Horizonte Metropolitan Region and the worsening contradictions between residential use and industries and mining-related activities. Its location at the edge of the urban sprawl and the boundary between administrative regions also generates particularities related to its invisibility in the municipal context, public neglect, and a sense of spatial isolation among its residents. Using the concept of Place and drawing from oral narratives, the discussion reveals how urban tensions affect both physical and perceived boundaries, reconfiguring territories and strategies of resistance within the neighborhood. We also aim to demonstrate how residents recount conflicts and violence that daily threaten their existence and, based on these accounts, to identify the resistance strategies they employ according to their perception of the ongoing urban dynamics.*

Keywords: *Territorial conflicts, Concept of Place, Pilar neighborhood, Belo Horizonte*

'NOS ESTÁN ACORRALANDO': ESPECIFICIDADES DEL LUGAR A PARTIR DEL HISTÓRICO DE RESISTENCIA EN PILAR

Resumen: *El artículo busca desvelar las tensiones urbanas observadas en el barrio Pilar en Belo Horizonte a partir de la especificidad de su proceso de urbanización. Estas tensiones se han intensificado en los últimos 10 años debido a la ocupación del área de la antigua línea ferroviaria de la RFFSA, que atraviesa el barrio, así como por las alteraciones en la dinámica inmobiliaria del vector sur de la Región Metropolitana de Belo Horizonte y por el agravamiento de las contradicciones entre el uso residencial y los usos relacionados con la industria y la minería. La ubicación en el extremo de la mancha urbana y en el límite entre las regiones administrativas también genera particularidades relacionadas con su invisibilidad en el contexto municipal, la negligencia por parte del poder público y la percepción de aislamiento espacial por parte de sus habitantes. Utilizando el concepto de Lugar y trabajando a partir de narrativas orales, la discusión revela cómo las tensiones urbanas afectan las fronteras físicas y percibidas, reconfigurando territorios y estrategias de resistencia dentro del barrio. También buscamos demostrar cómo los residentes relatan conflictos y violencias que amenazan cotidianamente su existencia y, a partir de estos relatos, identificar las estrategias de resistencia que utilizan según su percepción sobre la dinámica urbana en curso.*

Palabras clave: *Conflictos territoriales, Concepto de Lugar, Barrio Pilar, Belo Horizonte*

INTRODUÇÃO

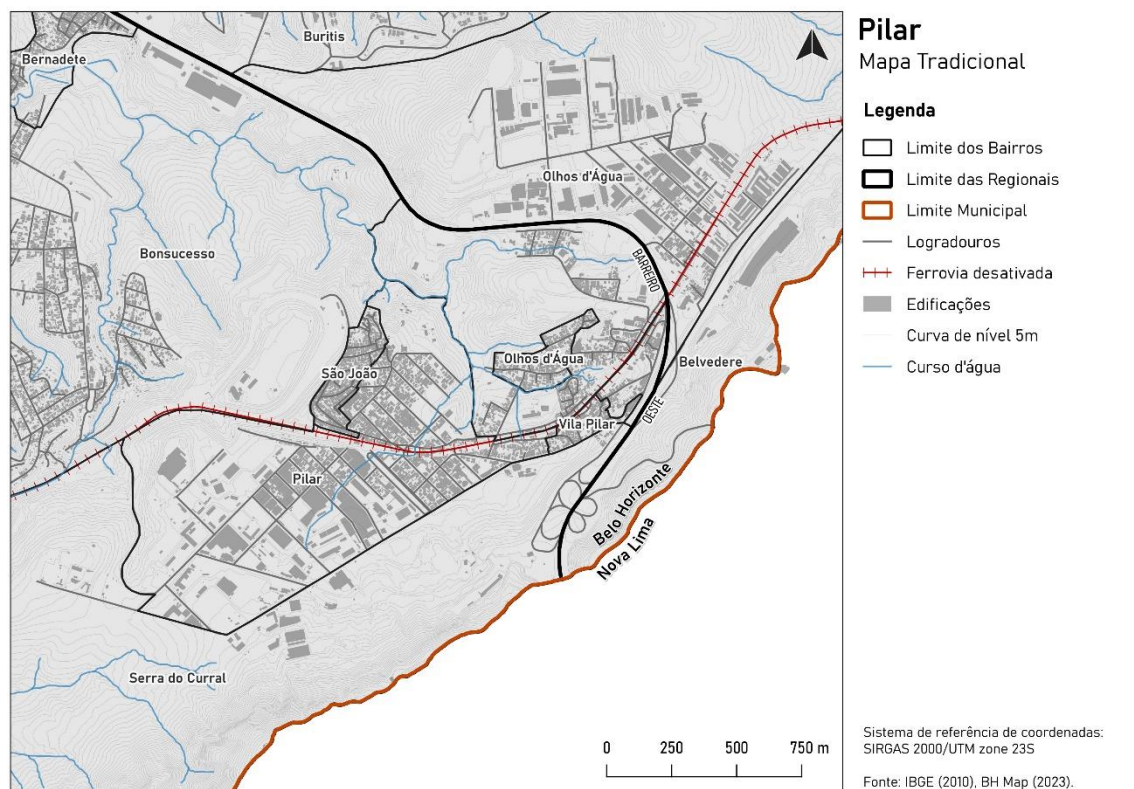
“A impressão que dá é que eles estão nos encurralando. Mais dia, menos dia, vai soltar uma bomba aqui falando: vamos tirar todo mundo daqui” (entrevista realizada em 2013 com morador do Pilar).

O bairro do Pilar é conformado por uma área majoritariamente residencial, situada no limite do perímetro urbano de Belo Horizonte e comprimida entre a Serra do Curral, galpões industriais e estruturas utilizadas pela mineração. A formação do bairro teve início na década de 1950, associada a um modelo de industrialização fomentado pelo Estado, atividade que não só orientou a dinâmica urbana e fundiária das décadas seguintes, como também gerou uma série de conflitos entre os moradores e a atividade industrial e mineradora.

O fato de estar localizado no limite do município entre duas regionais administrativas também traz especificidades relacionadas com a invisibilidade, negligência institucional e percepção de isolamento. Neste sentido, lançar luz sobre o Pilar contribui para evitar que a aparente omissão do Estado frente à assimetria de poder beneficie o interesse privado de determinados grupos e sufoquem o direito de existir de seus moradores, além das implicações desse contexto sobre a política urbana e ambiental que incidem sobre o bairro.

As condições históricas acima foram agravadas com a recente ocupação irregular de casas e pequenos comércios locais ao longo da antiga ferrovia pertencente à RFSSA, desativada em 2003 (Figura 1). Tal situação vem alterando significativamente a dinâmica imobiliária e a demanda por serviços urbanos no Pilar nos últimos 10 anos, reconfigurando suas relações sociais e os seus limites já fortemente demarcados. Enquanto historicamente a linha férrea era percebida como uma divisão territorial, sua ocupação traz novas pessoas para o bairro e conforma uma nova paisagem urbana, afetando não só a experiência de seus moradores, como também as relações sociais existentes ali. A essa situação se soma o fato de o Pilar estar muito próximo ao vetor de maior valorização imobiliária da capital, na qual os grandes terrenos industriais, a proximidade com a Serra do Curral e o potencial de melhorias de acesso, atraem agentes interessados em abrir novas frentes de expansão urbana, elevando a percepção de fragilidade e instabilidade dos moradores.

Figura 1 - Mapa da área do Pilar e entorno imediato em Belo Horizonte, MG.



Fonte: Elaboração própria, 2023.

As especificidades observadas no Pilar justificaram sua inclusão como objeto de estudo em uma pesquisa mais ampla, interessada em compreender o espaço urbano a partir do olhar de quem vivencia suas contradições no cotidiano. Partindo da opção teórico-metodológica de desvelar as tensões urbanas a partir do conceito contemporâneo de lugar, conforme será explicado, discutiremos nesse artigo o modo como a dinâmica urbana do Pilar afeta as fronteiras físicas e as fronteiras percebidas pelos moradores, sua relação com o território e, sobretudo, sua percepção sobre as ameaças iminentes à sua existência e respectivas estratégias de resistência.

Orienta nosso olhar a opção teórico-metodológica de compreender o espaço a partir do conceito de lugar na geografia. Para tal, realizamos, entre agosto de 2023 e agosto de 2024, uma série de pesquisas documentais, visitas ao bairro e entrevistas, além de duas ofertas de disciplinas de graduação que utilizam o bairro como estudo de caso, com o objetivo de registrar a percepção de moradores sobre a dinâmica urbana atual. Para Doreen Massey (1994) os lugares não são entidades fixas, imutáveis e isoladas. Pelo contrário, os lugares poderiam ser entendidos como processos, não devendo haver, necessariamente, fronteiras no sentido de divisões demarcatórias, para que sejam estudados e conceituados. Nestes termos, o bairro do Pilar se configura como um lugar definido pelos conflitos que o conformam: "(...) um conflito sobre o que foi seu passado (a natureza de sua herança), sobre o que deveria ser seu desenvolvimento presente, sobre o que deverá ser seu futuro" (Massey, 1994, p. 156).

Nossa operacionalização do conceito de lugar inclui sua interface com os conceitos de territorialidade e percepção da paisagem, conforme será discutido. Ao longo da análise do histórico de ocupação, dialogamos também com conceitos e autores da economia política da urbanização e sociologia urbana, acionados para contextualizar as especificidades do bairro em relação a processos estruturais da urbanização brasileira.

O artigo está estruturado em duas partes. A primeira parte traz o histórico de ocupação do Pilar, destacando os eventos que orientaram a atual conformação urbana e conflitos identificados, sempre atrelando o histórico de urbanização à percepção dos moradores. As situações apresentadas articulam dados históricos com as informações obtidas por meio das narrativas, privilegiando os conflitos recentes e as estratégias de resistência que tensionam as fronteiras e especificidades do lugar estudado. A segunda parte traz os resultados parciais da pesquisa a partir da lente do lugar enquanto *locus* de resistência avançando na articulação com o referencial teórico-metodológico e apontando caminhos para o aprofundamento do argumento e continuidade da pesquisa.

DO 'PITO ACESO' À BEIRA LINHA

A primeira ocupação da região onde o Pilar está inserido abrigou um conjunto de fazendas de grande porte, sendo a principal a chamada Fazenda Barreiro, inaugurando um padrão de uso e ocupação do solo que ainda hoje afeta a estrutura fundiária do bairro. Localizada no limite do projeto original de Belo Horizonte, a fazenda e parte da região foram adquiridas pelo estado e, ainda nas primeiras décadas de construção da nova capital, transformadas na Colônia Agrícola do Barreiro, recebendo estímulos para seu povoamento e para atender ao abastecimento de água e produtos da cidade. No entanto, já na primeira década de atividade, o plano de uma colônia agrícola perde força e o poder público não consegue conter a urbanização da região. Na área do atual bairro Pilar, o uso agrícola chegou a ser mantido durante a chegada das primeiras indústrias e urbanização da região Barreiro que, no final da década de 1940, já era considerada uma cidade satélite de Belo Horizonte.

Em 1954, a Mannesmann foi inaugurada com apoio do presidente da República, Getúlio Vargas (1951-1954) e do governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek (1951-1955), dentro de um processo de industrialização nacional marcado por políticas de incentivo a grupos privados que incluíam a doação de terrenos públicos e todo o provimento da infraestrutura para se estabelecerem no país. Ao longo das décadas de 1950 e 1960, a Mannesmann se consolidou no Brasil e a robustez de sua produção ampliou sua capacidade de articulação política para obtenção de benefícios econômicos e participação nas esferas de decisão, incluindo envolvimento com o golpe de 1964 e ditadura militar. Na época, a siderúrgica chegou a publicar em seu boletim de comunicação interna que, com o regime militar, surgia também “uma nova fase em sua vida administrativa” (Unifesp, 2023-2024, p. 69). Conforme demonstrado pela pesquisa que integra o projeto “Responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura”, esta postura contribuiu para coibir a

ação de seus empregados sindicalizados, impedir eventuais greves e constranger tentativas de resistência às más condições de trabalho que se apresentavam.

No Pilar, a proximidade do acesso rodoviário e a abundância de dolomita e minério de ferro favoreceram a instalação da unidade de mineração da Mannesmann em 1957, a 12 quilômetros do setor de siderurgia da empresa, em um terreno cedido em comodato pelo estado de 650 mil metros quadrados e isento de impostos. Este fato materializou o modelo de política pública descrito acima que, ao perpetuar a admissão a qualquer custo investimentos estrangeiros e formas de desenvolvimento orientadas pela extração de recursos naturais e exportação de *commodities* (Ludolf, 2011), amplia a assimetria de poder entre os moradores e os agentes ligados à industrialização da região. Essa forma de incentivo à indústria marcou diretamente a dinâmica do Pilar, região que não se beneficiou das riquezas ali produzidas, passando a vivenciar, a partir daquele momento, o que seria o longo e intenso processo exploratório que perdura até os dias de hoje. Embora abundante de recursos naturais e insumos minerários, os lucros da extração mineral e da produção siderúrgica, seguindo a mesma lógica que ocorreu em todo o Brasil, foram exportados junto com os recursos extraídos (Furtado, 2012).

Foi neste contexto que o bairro do Pilar passou a abrigar famílias de operários atraídos não só pela possibilidade de trabalho na Mannesmann, como também pela informalidade do acesso ao solo urbano em Belo Horizonte. A informalidade, combinada à autoconstrução, foi parte integrante do crescimento urbano do bairro em processo semelhante ao de outras cidades brasileiras sob a égide da industrialização, onde o consumo da mercadoria habitação se deu, em grande parte, fora do mercado marcado pelas relações capitalistas de produção e herdando estruturas de poder características de nossa formação urbana (Maricato, 1997). As compras de lotes aconteciam diretamente entre proprietários e compradores, sendo muitas vezes formalizadas apenas através de contratos de compra e venda, sem registro em cartório de imóveis.

Conforme história contada por diferentes moradores, naquela época, a Mannesmann disponibilizou caminhões para que seus funcionários pudessem realizar as mudanças e trazer para seus respectivos lotes, os materiais que conseguiam através de compras e doações. Os alicerces das construções eram feitos com pedras de canga extraídas localmente, o concreto era elaborado agregando-se pó de minério à sua composição, o assentamento das paredes muitas vezes era feito com barro no lugar de argamassa, entre outras soluções construtivas adotadas. A maioria dos novos moradores buscava na cooperação mútua e na otimização dos recursos dos quais dispunham, a melhor solução para a construção de suas casas. Muitas permanecem de pé até hoje, abrigando gerações inteiras de famílias que fizeram parte dos primórdios deste processo e que habitavam uma região urbanizada em função dos interesses da empresa privada e impactos da atividade extrativista.

A Mannesmann foi ainda responsável, durante muitos anos, pelo fornecimento de água e luz do Pilar, fazendo com que o mesmo chegasse a ser apelidado de “pito aceso”, uma vez que a

luz gerada pelos postes era tão fraca, que os mesmos pareciam, à noite, pitos de cigarro. A expressão foi tão difundida que muitos dos moradores antigos ainda a utilizam para dar nome ao lugar. Além da infraestrutura básica de abastecimento e energia, os operários da siderúrgica que residiam no bairro contavam ainda com um posto de saúde que poderia ser utilizado por eles e seus familiares (e consistia, basicamente, nas instalações da enfermaria da empresa), além de educação para seus filhos no Grupo Escolar Mannesmann, onde até hoje se reconhece, “muitas gerações de moradores foram alfabetizadas”.

Durante quase duas décadas, a atuação da Mannesmann foi, de maneira isolada, a grande representante do capital hegemônico no bairro, tendo suas estratégias e investidas, orientado as condições para o processo de industrialização da região. Dadas as condições de infraestrutura ali criadas, o lugar passa a ser então uma mercadoria a ser distribuída e comercializada por novos e diferentes detentores do capital dominante, que são atraídos por uma infraestrutura urbana e fundiária doada pelo estado, pela proximidade de mão de obra barata e um “esquecimento” por parte do Estado, que não parecia se interessar em estender ao bairro ou promover ações que beneficiassem interesses coletivos. Com o fim do comodato de exploração do terreno cedido pelo Governo do Estado de Minas Gerais no ano de 2001, a Mannesmann encerrou suas atividades no Pilar, tendo deixado para trás, todo o passivo de sua exploração minerária, sem que qualquer contrapartida de compensação ambiental ou social fosse exigida por parte do poder público. No entanto, é possível afirmar que a forma imperiosa com a qual o capital industrial e minerário buscou a dominância do Pilar neste contexto histórico, encontrou respaldo nas próprias instituições públicas para operar à revelia dos interesses coletivos, ditando uma propensão que se repetiria ainda muitas vezes nos anos seguintes.

A partir de 2 de julho de 1972, no entanto, teve início um processo decisivo, que marcaria para sempre o desenvolvimento do Pilar: a construção do terminal de transporte ferroviário Águas Claras. Um dos maiores empreendimentos da Rede Ferroviária Federal de Sociedade Anônima (RFFSA), o ramal foi aprovado com o objetivo de incrementar e revolucionar o transporte de cargas em trechos da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) (Campos, 2002). Tal evento chegou a ser referido, inclusive, como “a pior coisa que já aconteceu neste bairro”, sendo inegáveis as fragilidades territoriais provocadas pela segregação definitiva que se estabeleceu neste lugar a partir de então. Os quase 22 quilômetros do Ramal de Águas Claras foram inaugurados em 1973, com o propósito de conectar a antiga Mina de Águas Claras, em Nova Lima, à estação de Ibirité, também no estado de Minas Gerais. Explorada pela companhia Minerações Brasileiras Reunidas (MBR), o ramal se conectava a outros terminais ferroviários em uma malha total de mais de 500 quilômetros de linha férrea, com o objetivo de permitir o escoamento do minério das jazidas de Minas Gerais.

A obra do Ramal Águas Claras demandou uma série de desapropriações no bairro do Pilar que, naquela época, também era chamado de “Parque Jardim das Camponesas”. Segundo um antigo morador, entrevistado em 2013, ele chegou a ser indenizado pela RFFSA por dois lotes

de sua propriedade que, por não possuírem escritura, foram avaliados em uma quantia aquém do esperado. Os mesmos, no entanto, não foram utilizados no projeto, sendo posteriormente invadidos por outros moradores. Essa parece ter sido uma situação recorrente, havendo relatos, inclusive, de desapropriados que voltaram para suas antigas casas. A despeito da tentativa de formalizar a ocupação do espaço através de um processo de parcelamento solo, em 1978, foi-se consolidando ali uma periferia informal e não planejada, que deu à região um traçado distinto daquele previsto pela planta resultante do cadastro de plantas municipal.

A partir daí, sem qualquer decoro aos ritos de zoneamento e aprovação de projetos previstos na Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade de Belo Horizonte (Lei nº 2.662 de 29 de novembro de 1976), diversas indústrias passaram a se instalar na parte sul do bairro Pilar na década de 1970. Na Lei, o bairro foi classificado como Zona Residencial 3, onde a permissividade para o uso industrial era bastante baixa, além de possuir também uma Zona Rural associada, a última a ser descaracterizada no município alguns anos depois. Feita dentro de uma política urbana centralizada, de base tecnocrata e fechada à participação da sociedade, ainda dentro do governo militar, a legislação não conseguiu implementar restrições a usos que não fossem o residencial e o industrial de pequeno porte, permitindo que a influência exercida pela presença da Mannesmann e do Ramal Águas Claras orientassem a instalação e operação de diversos galpões sem os devidos licenciamentos, impondo o interesse de determinados agentes do setor privado sobre os interesses da população. A segunda tentativa de regular o uso e ocupação do solo municipal (Lei LUOS nº 4.034, de 25 de março de 1985) teve um resultado ainda menos expressivo do que a anterior, fazendo com que o uso industrial continuasse avançando e se consolidando.

Para a socióloga Vera da Silva Telles (2009), os chamados ilegalismos urbanos são gerenciamentos daquilo que se revela conveniente dentro de um determinado contexto. Para além de meras transgressões, a instalação de grandes depósitos e indústrias no Pilar poderia ser considerada manifestação de uma parte dos mecanismos de poder que ali se estabeleceram, revelando os jogos políticos que oscilam entre acordos e transações, com o objetivo de beneficiar os interesses privados em detrimento daqueles manifestos pela população. Moradores relatam, inclusive, que houve, em um dado momento desta história, o esboço de tentativas de controlar este avanço desenfreado do uso industrial, fazendo denúncias e solicitando uma postura mais rigorosa da fiscalização da Prefeitura para que o cumprimento das leis vigentes fosse garantido. Porém, na prática, não foram obtidas conquistas nesse sentido, o que resultou em uma paisagem de indústrias e mineração em conflito com a atividade residencial consolidada.

Anos após o início das operações do Ramal Águas Claras, foi implementado neste território, também pela MBR em 1994, um massivo equipamento de transporte subterrâneo (conhecido como TCLD, ou Transportador de Correias de Longa Distância) com capacidade para transportar 12 milhões de toneladas de minério anualmente, extraído da Mina do Mutuca, no município de Nova Lima, até o ponto de estocagem, localizado no Pilar. A partir dali diversos

vagões partem diariamente do Terminal Olhos d'Água (também conhecido como TOD, local de onde sai todo o minério que chega no bairro do Pilar, transportado pelo TCLD) para carregamento de minério até os portos utilizados pela Vale S.A., atual operadora do sistema. Na época de sua implantação, conforme chegou a afirmar uma antiga liderança da Associação de Moradores do Bairro do Pilar, houve um processo de licenciamento urbanístico e ambiental que ele chamou de "altamente questionável". Em 1996, na forma de contrapartidas pela instalação desse sistema, a MBR construiu no bairro a Praça Amadeo Lorenzato e, exatamente sobre o antigo terreno utilizado pela Mannesmann, a Escola Municipal Pedro Nava, o Centro de Saúde do Pilar-Olhos d'Água e o campo de futebol.

Em 2001, com o fim do comodato, este terreno passou a ser cercado e administrado pela Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG) fazendo com que os equipamentos públicos e comunitários construídos pela MBR tivessem a posse da terra reintegrada ao poder público municipal. O campo de futebol, no entanto, de gestão comunitária, teve seu acesso e uso proibidos pela Codemig, gerando um conflito que fez com que os moradores quebrassem os muros em diversas ocasiões para continuarem jogando futebol, dando início a um embate que tem repercussões até os dias de hoje.

O conflito relacionado ao uso do solo foi agravado em dezembro de 2000, quando o zoneamento do bairro legitimou ainda mais o uso industrial de grande porte, transformando metade dele em uma Zona de Grandes Equipamentos. A mudança na legislação não foi acompanhada de investimentos em uma melhor articulação do sistema viário ou da infraestrutura urbana existente, fazendo com que a medida fosse puramente estratégica e voltada para validar a presença da mineração, das indústrias e dos galpões existentes. Dez anos depois, a atualização da legislação (Lei nº 9.959 de 20 de julho de 2010) manteve o zoneamento anterior e passou o coeficiente de aproveitamento máximo das zonas para 8 vezes o tamanho do terreno.

Em relação ao TOD, 30 anos após o início das atividades da MBR e que estão sendo continuadas pela Vale, sua Licença de Operação (LO) segue sendo renovada sem que revisões significativas das contrapartidas oferecidas sejam efetivamente colocadas em pauta. Embora a Vale possua um sistema de interlocução social com o bairro, as ações realizadas seguem se revelando, até os dias de hoje, insuficientes para reverter o dano causado. O histórico demonstra o poder do estado em suspender a própria lei (Agamben, 2002) ou alterá-la conforme o jogo de interesses o que, no campo da política urbana, inverte o papel esperado do planejamento que, no lugar de direcionar ou restringir o uso e a ocupação, atualiza e legitima processos em desacordo com a legislação anterior.

Em 2003 o Ramal Águas Claras foi desativado sem nenhuma ação de reversão da ruptura que a ferrovia promoveu na paisagem ou reintegração da área vazia ao tecido urbano. Em consequência disso, entre 2012 e 2013, a faixa de terreno antes ocupada pelos dormentes e trilhos da linha férrea passou a ser tomada pelo uso residencial, com a construção de casas e barracos que aos poucos, ocuparam completamente a área, que passou a ser conhecida como

“beira-linha”. Moradores mais antigos passaram então a conviver com os recém-chegados, em meio a rumores sobre a possibilidade de a ocupação ter sido orquestrada por agentes externos ao Pilar, com intenções que ainda não foram devidamente desveladas. A ocupação da área da linha férrea e sua consolidação é um dos pontos mais emblemáticos do bairro, sendo retomada e aprofundada no item seguinte.

Conforme demonstrado até aqui, a omissão do poder público ao longo de todo o histórico de desenvolvimento urbano do Pilar contribuiu para que interesses do setor industrial e da mineração prevalecessem em detrimento daqueles de sua população, impedindo ou enfraquecendo o contingenciamento de seus impactos ou mediação dos conflitos sociais e fundiários observados. Duas situações, por serem representativas desse processo e por afetarem diretamente a percepção dos atuais moradores, precisam ser desveladas em maior detalhe: o campo de futebol, localizado no terreno cedido em comodato para a Mannesmann, e a ocupação beira-linha.

Sobre o campo de futebol, a solicitação para sua construção partiu de um grupo de moradores interessados em consolidar a prática do esporte, tão difundida e celebrada no bairro por meio de times locais como Barcelokos, Revoada FC, Os da Kennedy, Anapolina, Shakhtar, R10 FC, Santa Maria, Bandoleros, União, Asa Negra, Vila São João, Portuguesa, Francas, Bola de Fogo, entre outros. O campo de futebol do Pilar, idealizado pelos moradores, construído pela mineradora, em um terreno que não pertencia nem a um, nem a outro, revela-se aqui como um espaço potencial para a superação da percepção de rejeição e invisibilidade recorrente na fala de alguns moradores.

Depois do cercamento do terreno pela Codemig, e após inúmeros conflitos e desgastes, foi construído um portão para entrada na área, permitindo que a população acessasse o campo. Foi a primeira vitória dos moradores ou, nos termos de Holloway (2013), a primeira “fissura”, ainda que a mesma ocorresse em função de ter sido mais barato para os mantenedores do terreno instalarem um portão, do que seguir reconstruindo o muro seguidas vezes, após o mesmo ser danificado por aqueles que desejavam utilizar o campo. A chave do portão ficou sob a responsabilidade dos vigias particulares contratados pela Codemig com o objetivo de impedir invasões, e era fornecida aos líderes das equipes quando solicitada, ou quando esses mesmos vigias decidissem fazê-lo.

A partir dali o campo de futebol passou a ser utilizado via acordo verbal, e era mantido pela população interessada, que tinha que se valer das próprias mãos para demarcar o campo, arrancar a vegetação ou consertar as traves. A Codemig proibia a entrada de maquinário, ferramentas e quaisquer outros elementos que viessem a comprometer a integridade do terreno, fazendo com que a sua manutenção acontecesse graças ao empenho e ao desejo dos praticantes de futebol de seguirem realizando sua atividade favorita ali. Foi a fragilidade deste acordo e, também, os perigos inerentes à utilização de um espaço onde não se podia dar a manutenção adequada, que culminou em 2019, na assinatura de um comodato entre a empresa e a Associação de Moradores do Pilar, onde o campo de futebol, ilustrado pela Figura

2, poderia ser livremente utilizado de forma legalizada por um período de 4 anos, tendo o mesmo vencido em julho de 2023.

Figura 2 – Campo de futebol do Pilar, construído em 1996, no terreno da Mannesmann, para a Associação de Moradores.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, novembro de 2024.

Dados todos os conflitos estabelecidos em torno do uso do campo de futebol aqui expostos, a população do Pilar e os interessados em manter viva ali esta cultura e tradição, seguiram se organizando internamente e buscando alternativas para que os torneios seguissem acontecendo. Além de uma quadra poliesportiva localizada na Praça Amadeo Lorenzato (principal equipamento de uso público do Pilar, construído pela MBR e mantido pela Vale), outro ponto identificado é a chamada “Quadra da Rua Dez”, exemplo de espaço público pertencente à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que é mantida muito mais do que apenas pelo poder público, mas sobretudo, pelos seus usuários mais aficionados, que organizam diversos eventos ali em torno da prática do futebol. A situação revela a capacidade de articulação dos moradores em torno de um objetivo comum e, em última instância, uma ruptura com o sistema de segregação imposto no local.

Outro ponto pertinente para a compreensão deste lugar, refere-se à emblemática área da linha férrea e a ocupação beira-linha. Aqui, novamente fica clara a ação do Estado que, através de sua omissão e negligência, segue se negando a atuar na mitigação de potenciais conflitos sociais e fundiários, uma vez que eles parecem não comprometer a forte atuação empresarial ali presente. Tal fato remonta ao início das atividades minerárias da MBR, posteriormente transferidas para a Vale, que continua operando intensamente até os dias atuais.

A construção do Ramal Águas Claras na década de 1970 segregou de forma irreversível essa paisagem que, mesmo nos tempos de seu funcionamento, já se configurava como uma barreira de difícil transposição. Ao longo de seus 2,20 km de extensão no Pilar, a linha férrea contava com apenas um cruzamento que conectava seus dois lados, na altura da rua Rio das Flores, fazendo com que as travessias feitas pelos moradores a pé, em geral, acontecessem de forma irregular e insegura. Apesar de todos os riscos, a área composta pelos dormentes de trem e suas respectivas faixas de domínio se conformou ao longo dos anos como uma espécie de área de descompressão urbana entre os dois lados do bairro, sendo possível ver, diariamente, conforme relatos de moradores, crianças andando de bicicleta, soltando pipa, e moradores realizando caminhadas.

Com o esgotamento da mina de Águas Claras, em Nova Lima, o trecho de linha férrea que a conectava a Ibirité, correspondente ao bairro do Pilar, foi desativado em 2003 e a propriedade da área foi transferida para a Superintendência de Patrimônio da União (SPU) em 2006. No ano de 2007, através de um decreto de lei que visava, entre outras coisas, o pagamento de acionistas e passivos da RFFSA, a SPU iniciou o processo de transferência do terreno para o Fundo de Contingente da extinta empresa, operado pela Caixa Econômica Federal (CEF). No entanto, a manutenção deste terreno e o controle de sua integridade não foram devidamente realizados, facilitando a retirada ilegal de seus dormentes ao longo dos anos seguintes, e a construção de unidades residenciais irregulares. Diversos barracões e casas em madeirite começaram a se consolidar a partir de 2012, atraindo novos moradores, conformando o que hoje pode ser considerado um novo lugar dentro do bairro, conforme ilustra a Figura 3 abaixo.

Figura 3 - Área correspondente à “beira-linha”, que após desativação do ramal ferroviário de Águas Claras, foi ocupado por novos moradores no bairro do Pilar.



Fonte: Acervo próprio dos autores, novembro de 2024.

Entre os moradores mais antigos, não é incomum notar algum nível de repulsa em relação a essa invasão. Este é um dos pontos mais sensíveis que remetem a potenciais conflitos, considerando toda a oposição que essa diferença de vivências e experiências apresenta dentro do Pilar. A dicotomia entre “nós” e “eles” tornou-se uma forma corrente de se referir à esta nova conformação, resultando em sentimentos de disputa entre moradores novos e antigos, invasores e não-invasores (nos termos cunhados entre os que se consideram “moradores legítimos” em detrimento dos mais recentes) e levando muitos dos que ali vivem e transitam, a sentirem como se estivessem constantemente sob algum tipo de ameaça iminente. O rasgo promovido na paisagem pelo Ramal Águas Claras, que durante décadas foi utilizada para categorizar o Pilar entre “antes” ou “depois” da linha do trem, segue sendo, mesmo após a desmaterialização do terminal ferroviário, uma forma legítima e comumente utilizada por seus moradores para mapearem a vizinhança, incluindo o nome informal de sua ocupação: beira-linha.

RESISTIR A PARTIR DO LUGAR

Conforme apontado na introdução, o conceito de lugar utilizado neste artigo remonta a debates realizados no campo da geografia humana a partir da década de 1970 interessados em reverter a invisibilidade da experiência do território e da paisagem. O conceito procura, conforme define Yu-Fu Tuan (1990), dar maior visibilidade ao modo como as pessoas atribuem valor e interpretam os espaços que habitam. De modo articulado à leitura do

território e da paisagem, avançar na leitura do lugar significa ler a cidade a partir do olhar de quem a experiencia cotidianamente e cujas leituras, decisões e ações afetam e são afetadas pelas dinâmicas urbanas em curso. Para tal, o principal desafio é apreender a sobreposição, articulação e complementaridade das percepções individuais que constituem cada lugar.

O Dicionário de Geografia Humana (Castree et al., 2013) reconhece que o conceito possui uma dupla dimensão: o lugar enquanto espaço da identidade e da resistência; e o lugar enquanto espaço da ação cotidiana. Nosso entendimento é que a primeira dimensão incorpora abordagens que poderiam ser exemplificadas pelas discussões formuladas por Tim Cresswell (1996) nas quais o lugar é interpretado por meio do modo como o morador representa a realidade para ele e para outros, incluindo vínculos sociais e relações de poder, resistência e luta, envolvendo cooperação e/ou antagonismo entre agentes. Já a segunda dimensão inclui o modo como as pessoas interpretam e produzem geografias locais por meio da experiência direta do mundo e do ambiente em que vivem. Buscamos desvelar, a partir dessa dupla dimensão do lugar, elementos capazes de contrapor o violento processo de apagamento e invisibilização das estratégias de resistência e existência dos moradores do Pilar ao longo de seu histórico de urbanização e tensões sociais recentes.

Na interface entre lugar e território, Haesbaert (2014) utiliza o conceito de territorialidade, que envolve a apropriação, defesa e identificação do indivíduo com um determinado território. Para o autor, a territorialidade é definida a partir da ideia de que todo território implica uma relação de poder e esta relação inclui tanto uma propriedade (um processo objetivo) quanto uma apropriação (um processo simbólico). Territorialidade seria, portanto, uma manifestação do senso de pertencimento e controle. A partir dessa perspectiva, territorialidade envolve além da dimensão material, um conjunto de percepções subjetivas, valores culturais, memórias coletivas e símbolos associados a um território. Considerando que o lugar é constituído a partir de experiências sobre o espaço, podemos aferir que a territorialidade seria um dos aspectos que compõem essa experiência, sobretudo no que se refere à compreensão que cada indivíduo tem da apropriação e propriedade do espaço experienciado. Por outro lado, ao se constituir por representações, significados e valores atribuídos a um território, a territorialidade pode ser entendida como resultado do conjunto de experiências subjetivas que os indivíduos estabelecem com o espaço.

No Pilar, a percepção de "estar encurralado" está diretamente relacionada à instabilidade e sensação de impotência de seus primeiros moradores diante de uma série de decisões tomadas à revelia dos moradores por agentes que detém maior poder, e adquiriram, também à revelia dos instrumentos legais, a posse do território. Percepção semelhante acompanhou a rápida ocupação da beira-linha, colocando em xeque a estabilidade da territorialidade para os antigos moradores. Na mesma linha, uma das perguntas de pesquisa vem sendo tensionar como irá se comportar a territorialidade em torno do campo de futebol, a quem será negado ou permitido o acesso ao equipamento e em que medida esse uso afetará a constituição dos lugares no bairro. O que estamos observando em campo é que, para além das estruturas

sociais de poder e seu correspondente no campo material (propriedades, cercamentos, vigília e normas de acesso), as paisagens intersubjetivas construídas pelos moradores a partir do compartilhamento de memórias, percepções e idealizações sobre o uso dos espaços exerce um papel determinante na conformação da territorialidade.

Neste sentido, tanto a reconfiguração e percepção de instabilidade frente ao território, quanto sua percepção por cada morador, conformam lugares que precisam aderir e afetar as dinâmicas que produzem e alteram a paisagem existente. Por isso nosso esforço de, ao longo da primeira parte do artigo, explicitar: (1) como a paisagem foi conformada por processos naturais e humanos; (2) como foi produzida a partir da mediação de relações sociais; (3) como ela foi representada; e (4) como as pessoas experienciam essa paisagem. Trata-se de uma abordagem que, concordando com Cosgrove (1984), entende que o mundo-vivido, mesmo quando simbolicamente construído, tem expressão material e objetividade. Para o autor, um grupo dominante procurará sempre impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas, uma vez que, o poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. A contribuição de Cosgrove mais próxima de nosso argumento é o modo como o autor diferencia “culturas residuais” (que sobram do passado), “culturas emergentes (que antecipam o futuro) e “culturas excluídas (que são ativa ou passivamente suprimidas), cada uma com sua expressão na paisagem (mesmo se apenas numa “paisagem de fantasia”).

As narrativas dos moradores do Pilar registradas até aqui permitem reconhecer uma série de vulnerabilidades associadas a uma estrutura fundiária desigual e que coloca o uso residencial em conflito com interesses de agentes que operam em escalas regionais e a partir de interesses externos ao bairro. A fala dos moradores em diversos momentos revelam que essa vulnerabilidade está relacionada a uma percepção de culturas residuais e/ou excluídas atreladas a memórias e paisagens que buscam resistir aos conflitos sociais, ambientais e legais que acompanham a atual dinâmica urbana. Neste sentido, uma frente importante da pesquisa pode ser a comparação entre a paisagem descrita pelos moradores e a paisagem imaginada pelos demais agentes em ação no Pilar.

No entanto, é importante atentarmos para o risco de abordagens estáticas e conservadoras do conceito de lugar ou, segundo Doreen Massey (2000), escapar da tendência de privilegiar o lugar como locus de estabilidade e identidade. Segundo a autora, essa condição se orienta pelo falso pressuposto de que o que confere a especificidade a um lugar seria possuir uma história longa e internalizada, e não o fato de que ele se constrói “a partir de uma constelação particular de relações sociais, que se encontram e se entrelaçam num locus particular” (p. 184). Para reverter essa condição, Massey (2000) argumenta que: (a) o lugar não é estático, uma vez as interações sociais que o constituí são sempre processos dinâmicos; (b) o lugar não tem fronteiras definidas e fixas; (c) o lugar não tem uma identidade e possui conflitos internos; (d) a especificidade do lugar é continuamente definida e reproduzida.

Em nossa aproximação com a área de estudo buscamos compreender como e em que medida as interações sociais reconfiguram o que cada morador idealiza como sendo o lugar ao qual denominam Pilar. O que fica evidente é que a cada momento e em resposta a diferentes dinâmicas urbanas, as fronteiras passam por redefinição ou consolidação, tensionando percepções e rearticulando sentidos, objetos e atividades no espaço. Em relação à identidade, confirmamos o argumento de Massey (2000) por meio de conflitos que, para além das relações sociais, povoam a conformação do sentido de lugar e, sobretudo, da identidade do Pilar. Nestes termos, trabalhamos com a hipótese de que a resistência opera por meio de um conjunto de especificidades que, compartilhadas e tensionadas entre moradores, reproduzem práticas cotidianas de gestão e apropriação do espaço urbano que, ao final, geram reconhecimento e, eventualmente, sensação de estabilidade aos moradores.

Chaveiro (2012) argumenta que o lugar oferece uma resposta ao que chama de desencaixe no mundo contemporâneo. Segundo o autor, "nunca estivemos tão apegados às circunstâncias que circunscrevem nosso mundo circundante, em razão da necessidade de construção da autoidentidade e do maior esforço de reconhecimento das diferentes mediações e experiências fragmentadas" (p.255). Neste sentido, o lugar é uma dimensão do espaço geográfico composta por "um feixe de relações e práticas espaciais de diferentes sujeitos em conflito, arenas vitais para ação de corporeidades por onde o mundo se torna factível, encarnado, real e possível".

No entanto, ainda segundo Chaveiro (2012), o mesmo lugar que possibilita o encaixe a ação da corporeidade, exerce também o controle dos corpos, lembrando que "para operacionalizar o objetivo de cercear a capacidade disruptiva do corpo, sua possibilidade de insurgência, insurrecional, só havia um modo: criar o lugar pela rubrica do controle" (p.255). Ou seja, o mesmo Pilar que oferece conforto e estabilidade a determinados moradores, atua no controle e invisibilização de insurgências e conflitos que operam na mesma arena. Uma arena caracterizada pela condição desigual de lutas. Conforme nos lembra Katherine McKittrick (2011), a construção social do lugar está enraizada tanto em sistemas de opressão e desigualdade, quanto na possibilidade de construção do senso de pertencimento que conforma espaços de solidariedade e práticas políticas de resistência. Neste sentido, a mesma ocupação beira linha que pressiona pela desconfiguração do lugar na percepção dos antigos moradores, se articula o lugar por meio de práticas cotidianas que compartilham o mesmo sistema de objetos e ações, redefine sua paisagem e funda novas territorialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo procurou, a partir da articulação entre o histórico de urbanização do bairro Pilar e região e as percepções e relatos de seus moradores, desvelar os conflitos e injustiças sociais e ambientais ainda em curso. Passando pela especificidade geográfica e fundiária dos primeiros anos, pela omissão do poder público seguida da imposição do uso industrial e atividades ligadas à mineração, e pelos conflitos relacionados ao uso do campo de futebol e

ocupação da beira-linha, buscamos compreender em que medida será possível reconhecer fissuras que, no cotidiano dos moradores, possam constituir resistências para os moradores e reversão das adversidades que se apresentam. A leitura das especificidades a partir da lente conceitual do lugar nos permite verificar em que medida seu histórico de urbanização afeta o modo como os moradores percebem e agem no espaço urbano, dimensão fundamental para desenvolver iniciativas capazes de equacionar de forma mais justa os conflitos observados e reverter os impactos sociais e ambientais ocasionados pelo modo como a indústria a mineração se estabeleceram no bairro.

A lente do lugar também nos permite avançar na compreensão do atravessamento da exploração minerária iniciada pela MBR e mantida pela Vale até os dias atuais, dimensão determinante na conformação do Pilar. Atualmente, a Vale opera no Pilar através do TOD, recebendo e estocando minério proveniente da Mina do Mutuca em Nova Lima que, após o beneficiamento, é encaminhado para exportação. Por meio de seu Plano de Relacionamento com Comunidades, a Vale implantou, em 2020, o Comitê Social da Vale, operado por uma associação sem fins lucrativos terceirizada, com o objetivo de promover a gestão social das questões enfrentadas pelos moradores do Pilar, Olhos d'Água e Vila São João. No entanto, apesar das profundas transformações na infraestrutura e na dinâmica urbana dessas áreas desde o licenciamento ambiental encabeçado pela MBR, a atuação da mineradora parece se revelar insuficiente no sentido de transformar a relação entre mineração e sociedade civil menos injusta. A atração do projeto aparenta encontrar lastro em um suposto beneficiamento das comunidades afetadas pela atuação da Vale, enquanto a imagem da empresa é promovida através de uma iniciativa de "participação social", por ora, bastante questionável e incapaz de lidar com a complexidade dos conflitos existentes e com a especificidade do lugar, impactando sua conformação e percepção dos moradores.

A continuidade da pesquisa busca aprofundar a análise do lugar a partir de três esforços. O primeiro, avançar na operacionalização de um diálogo mais consistente com a etnografia e compreensão do cotidiano e o contato pessoal observador/observado (Cordeiro, 2023) e do "concreto vivido", olhando a partir dos arranjos dos próprios atores sociais em relação à cidade (Magnani, 1996). O segundo, avançar na operacionalização da atitude fenomenológica na leitura do lugar sem perder sua articulação com as disputas sociais e histórico de urbanização. Sobre o tema, Serpa (2019) argumenta que, ao tomar distância do mundo para desvelar suas transcendências, a fenomenologia não exclui a contradição da razão dialética. Isso ocorre justamente porque ela permite romper com a familiaridade com o mundo para apreendê-lo e revelá-lo como paradoxo, como contradição em ato. Segundo o autor, a abordagem dialética e fenomenológica das relações sociedade-espço (na qual a intersubjetividade não exclui o conflito e a contradição) nos permite reconhecer e ultrapassar as limitações da leitura formal e funcional da paisagem. A abordagem fenomenológica vem nos permitindo avançar, conforme observa Cosgrove (1984), na percepção do modo como a experiência subjetiva sobre um objeto, atitude que ultrapassa a objetivação sobre o objeto,

abre caminhos para expandir análises exclusivamente orientadas pelos sistemas de objetos e ações no espaço.

Nosso terceiro esforço, por fim, se refere ao diálogo operacional com o trabalho de Edward Relph (1976), autor para quem o lugar deve ser abordado a partir de carácter ou forma. Estamos reconhecendo nas narrativas dos moradores as gradações de envolvimento com o espaço propostas pelo autor, a saber, espaços pragmáticos, perceptivos, existenciais, geográficos, arquitetônicos, planejados, cognitivos e abstratos. Sobre a essência do lugar, Relph sistematiza um conjunto de propriedades que permitem avaliar a importância relativa destas para que a essência do lugar e as suas fontes de significado possam ser reveladas por meio de atributos como localização, paisagem, tempo, comunidade, experiências individuais, enraizamento, lares e trabalho penoso (*"the drudgery of place"*, ou seja, quando um lugar se torna opressivo e aprisionador). O autor vem nos permitindo avançar ainda na identificação dos componentes de identidade de um lugar e nos componentes da intensidade da relação entre interior e exterior de um lugar.

Até o momento, como conclusão parcial, o modo como a narrativa dos moradores vem sendo articulada aos dados históricos, mapeamento dos agentes e situações de conflito corrobora o argumento de que o lugar, enquanto *locus* do cotidiano e *locus* de identidade, constitui uma dimensão fundamental da resistência e disputa pela narrativa, constituição da paisagem e reconfiguração de territórios e fronteiras. Às dinâmicas urbanas descritas neste artigo estamos estudando e mapeando outras que, ao fim da pesquisa, esperamos avançar no argumento do lugar enquanto *locus* de resistência, e contribuir para que essa dimensão da análise urbana possa ser inserida, tanto na política urbana, quanto nas estratégias de locais na leitura e produção do espaço.

Este artigo contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no contexto da pesquisa - "Outra lógica da prática para moradia e cidade: o direito de existir" (Chamada CNPq/MCTI n. 10/2023 - Faixa B - Grupos Consolidados)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

CAMPOS, Helena Guimarães. **Da inclusão à exclusão social: a trajetória dos trens de subúrbio da região metropolitana de Belo Horizonte (1976-1996)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2002.

CASTREE, Noel; KITCHIN, Rob; ROGERS, Alisdair. **Dicionário de Geografia Humana**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

- CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e Lugar: elos da produção da existência. *In*: [MARANDOLA JR, Eduardo *et al.*]. **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2012, p.249-280.
- CORDEIRO, Graça Índias. A antropologia urbana entre a tradição e a prática. *In*: **Etnografias Urbanas**. Lisboa: Etnográfica Press, 2018. p. 3-32
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. *In*: [LOBATO CORREA, Roberto]. **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. p. 219-237.
- CRESSWELL, Tim. **In Place/Out of Place: Geography, Ideology, and Transgression**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.
- HOLLOWAY, John. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.
- LUDOLF, Rafaela Oliveira. **O mapa da mina: o tesouro e a sociedade**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade de Salvador, 2011.
- MARICATO, Ermínia. "A terra é um nó na sociedade brasileira... também nas cidades." **Cultura Vozes**. Petrópolis: Editora Vozes, Vol. 93, N. 6, p. 7-22.
- MASSEY, Doreen. A global sense of place. *In*: **Space, place and gender**. Oxford: Polity, 1994. p. 146-156.
- MASSEY, Doreen. Um sentido global de lugar. *In*: [ARANTES, Antônio Arantes (Org.)]. **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 176-185
- RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. Londres: Pion Limited, 1976.
- TELLES, Vera da Silva. "Nas dobras do legal e do ilegal: ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade". **Dilemas**. Rio de Janeiro: Garamond, Vol. 2, N. 5-6, p. 97-126.
- TUAN, Yi-Fu. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values**. New York: Columbia University Press, 1990.
- UNIFESP, Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. **A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a Ditadura** – Informe Público 2. São Paulo, 2023-2024. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/projetos/empresas-e-ditadura>. Acesso em 18 jun. 2024